

SEMANÁRIO

ECCLESIA

25 de setembro de 2014 | n.º 1447 | Este número: 3€

CARIDADE, JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE: CONSCIÊNCIAS E PRÁTICAS

Tradições religiosas
Dinâmicas e personalidades
O presente que contém o futuro



Edição:

Agência Ecclesia do Secretariado Nacional
das Comunicações Sociais da Conferência Episcopal Portuguesa

Coordenação científica:

Centro de Estudos de História Religiosa
da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

SEMANÁRIO
ECCLESIA



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Âpoios:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Montepio

Cáritas Portuguesa

Irmandade dos Clérigos



SEMANÁRIO
ECCLESIA

EDIÇÃO ESPECIAL N.º 1447
25 DE SETEMBRO DE 2014



Propriedade:

Secretariado Nacional das
Comunicações Sociais
(Conferência Episcopal Portuguesa)
Diretor: João Aguiar Campos

Edição:

Agência Ecclesia
N.º de Registo: 109665
Diretor: Paulo Rocha
Chefe de redação: Octávio Carmo
Redação: Carlos Borges,
José Carlos Patrício, Henrique Matos,
Lígia Silveira, Luís Costa,
Luís Filipe Santos, Manuel Costa,
Sónia Neves, Tiago Azevedo Mendes,
Tiago Cristóvão

Coordenação Científica:

Centro de Estudos
de História Religiosa da
Universidade Católica Portuguesa

Coordenadores:

António Matos Ferreira
Paulo Alexandre Alves
Sérgio Ribeiro Pinto

Colaboradores:

André de Campos Silva
António Matos Ferreira
Carimo Mohamed
Domingos Vieira
Filomena Andrade
Francisco João Osswald do Amaral
Helena Ribeiro de Castro
Inês Rodrigues
João Coelho Azevedo
Luís Carlos Amaral
Maria C. Fernandes
Paulo Alexandre Alves
Pedro Lage Reis Correia
Timóteo Cavaco

Projeto gráfico, paginação e produção:

Dupladesign

Secretaria:

Ana Gomes

Redação e Administração:

Quinta do Cabeço, Porta D
1885-076 MOSCAVIDE
Tel.: (+351) 218 855 472
Fax: (+351) 218 855 473

Tiragem: 8000 exemplares / Depósito Legal n.º 104002/96

agencia@ecclesia.pt

www.agencia.ecclesia.pt

Trabalho, emprego e justiça

João Coelho Azevedo // Licenciado em Economia

Não há dia que passe sem que ouçamos falar dos números do desemprego em Portugal, mas, ao mesmo tempo, damo-nos conta de que poucos querem discutir o grave problema que temos entre mãos, pois o desemprego é mais do que a soma dos problemas de cada um, é um problema da sociedade.

A relação entre o emprego e o trabalho de cada um deve ser estável e não pender demasiado para um emprego sem trabalho, ou seja, um emprego que leva a pessoa a sentir que o seu trabalho não é mais do que aquilo a que Keynes se referia na célebre expressão – «pagar às pessoas para cavar buracos e logo de seguida tapá-los» – e que não está realmente a produzir algo útil para a sociedade. O dinheiro não pode ser a única preocupação em relação aos desempregados; também nos temos de preocupar com o trabalho que desempenharão tanto para o bem da sociedade como para a sua própria realização.

Ao mesmo tempo, não podemos cair no erro de considerar que o dinheiro não importa, visto que na sociedade atual não se consegue viver dignamente sem dinheiro se não se depender de alguém. É pois necessário juntar ao trabalho produtivo de uma pessoa a devida recompensa pelo trabalho feito, de modo a ter uma vida digna e esperança num futuro melhor.

Temos assim duas preocupações: que o trabalho seja recompensado devidamente e que seja produtivo. Só assim podemos começar a definir o que queremos para a nossa sociedade, em termos de ní-

veis de desemprego, porque todos sabemos que os níveis atuais são insustentáveis, não só em termos económicos, pois o Estado gasta mais com os apoios sociais do que recebe em impostos, mas principalmente em termos de justiça, porque o desemprego é o maior fator de injustiça num país desenvolvido.

Assim sendo, essa justiça não se atinge só com os direitos adquiridos, porque não é pelo facto de a Constituição nos proteger, ao dizer que todos devem ter direito ao emprego, que realmente o temos. É preciso agir, é preciso combater a injustiça que impera onde pessoas capazes e interessadas, aliás necessitadas de trabalhar, não o podem fazer e são obrigadas a pedir apoio, seja ele estatal ou da sociedade civil.

O desemprego atinge hoje níveis demasiado elevados, todos concordamos, mas até que ponto devemos ir na nossa luta contra o desemprego? Porque antes de pensarmos em agir e no modo de agir temos de saber que níveis de desemprego a nossa sociedade acha aceitáveis.

Proponho convocar a esta reflexão o melhor dos casos: o pleno emprego, ou seja, uma taxa de desemprego reduzida num mercado de trabalho onde o número de empregos disponíveis seja maior que o número de pessoas à procura, de modo a que ninguém esteja desempregado durante longos períodos de tempo quando está disposto a trabalhar. Parece utópico falar de pleno emprego numa altura destas, mas, mais do que nunca, é preciso pensar no rumo



que queremos como sociedade e, se é uma sociedade justa que queremos, não a podemos equacionar com níveis de desemprego como os de hoje.

A noção de pleno emprego que aqui exponho é a usada tanto por William Beveridge como por William Vickrey. Em primeiro lugar, seria um estado de coisas onde o desemprego seria temporário e, em segundo lugar, o trabalho teria de ser remunerado justamente, o que exclui a sua precarização.

Este pleno emprego traria consigo melhorias sociais, tais como:

1. Promoção da igualdade social, porque os desempregados recebem um rendimento superior ao que receberiam de apoio social, ajudando a mitigar a pobreza de muitos para quem os apoios muitas vezes não são o suficiente;
2. Acabar com a exclusão social dos desempregados e com o medo de se poder ficar desempregado durante vários anos, trazendo esperança para quem ficar desempregado, pois confia que poderá arranjar emprego rapidamente;
3. Melhorar a situação dos atuais empregados, acabando com a possibilidade de haver sempre alguém disposto a receber menos do que eles para fazer exatamente o mesmo trabalho. Seria ótimo para a confiança dos trabalhadores e acabaria por

contrariar aquela teoria de que para alguém sair do desemprego é preciso que outra pessoa perca o emprego;

4. Promoção da coesão social, ao acabar com a subsidiação das pessoas, que cria clivagens entre quem subsidia e acha que está a pagar demasiado e quem recebe e se sente constrangido por não poder autossustentar-se;
5. Contribuir para equilibrar o atual défice do Estado, ao reduzir o número de prestações sociais concedidas e ao aumentar os impostos recebidos. Mas, mais importante, seria a estabilização da segurança social, visto que, ao aumentar o número de contribuições, estaríamos a garantir não só as reformas atuais como as reformas futuras.

Como podemos então reduzir o desemprego? Há vários pensamentos económicos sobre o assunto. Se por um lado há quem ache que o problema do desemprego se deve aos desempregados, que não são ativos o suficiente na procura de emprego e se acomodaram ao apoio da sociedade, também há quem ache que o problema é estrutural e se deve à falta de formação dos desempregados ou à falta de empregos. Consoante o pensamento económico, reparamos que a solução pode passar por um incentivo à procura ativa de emprego e pelo combate à desocupação, por

uma crescente e melhorada formação dos desempregados para combater o desemprego tecnológico ou, segundo uma perspectiva mais keynesiana, por aumentar a procura agregada levando as empresas a contratar mais gente para cumprir as encomendas.

Chegamos pois a um grande dilema: que pensamento devemos seguir? O mais discutido atualmente é a diminuição do desemprego por aumento da procura agregada, cabendo ao Estado esse papel, mas todos sabemos, por muito que nos custe, que não pode ser o Estado a carregar sozinho esse fardo, como o ano de 2009 nos provou.

E se o incentivo não fosse dado aos desempregados para procurar emprego mas às empresas para o criar? E não podem os atuais trabalhadores ser mais solidários? Se pensarmos que o problema é de todos, então a resposta é simples: não só podemos como devemos ser solidários.

Podemos então juntar vários pensamentos políticos, tanto de direita como de esquerda, e arranjar algumas soluções como as que se seguem.

Em primeiro lugar, comecemos pelo Estado e pela solidariedade fiscal, que poderia aumentar e ao mesmo tempo beneficiar o crescimento do emprego através da descida dos impostos indiretos (em especial do IVA) e do IRC para as PME, aumentando o IRS de forma a compensar a quebra de receita e ampliando a solidariedade pelo maior contributo de quem tem mais rendimentos.

Em segundo lugar, a curto prazo, os trabalhadores com maiores rendimentos deveriam disponibilizar-se para ver o seu salário e os prémios reduzidos, enquanto os acionistas aceitariam pôr de lado



Num país desenvolvido, é socialmente inaceitável que quem trabalhe não consiga deixar a pobreza.

parte dos seus lucros para aumentar a disponibilidade financeira das empresas para empregar mais pessoas. No longo prazo, a principal medida passa por não haver aumentos salariais sem que haja aumentos da produtividade e que os primeiros sejam menores que os segundos de modo a criar mais emprego.

Em terceiro lugar, para que ter emprego signifique ter uma possibilidade de fugir à pobreza, devemos aumentar o salário mínimo porque neste momento quem o recebe corre o risco de viver abaixo do limiar da pobreza ou muito perto dele. Num país desenvolvido, é socialmente inaceitável que quem trabalhe não consiga deixar a pobreza.

O desemprego é o nosso maior desafio atual porque é um grande desperdício de recursos humanos, potencia a pobreza, as doenças (devido à falta de cuidados higiénicos e má alimentação ou até falta dela) e a exclusão social, tendo chegado a um nível tal que a sociedade, como está organizada, não tem capacidade de acudir a tantas pessoas necessitadas. Esta incapacidade de proteger os que estão mais fracos deveria forçar-nos a repensar os nossos objetivos coletivos e a procurar uma sociedade mais justa e igualitária. 🧠